

A cor das nossas lutas

*Antonio Martins**

Resumo:

Que há em comum entre o levante popular que derrubou o presidente da Bolívia e o mundo novo que o Fórum Social de Porto Alegre quer construir?

E se os anos 90, vistos até agora como um período de vitórias do neoliberalismo e refluxo dos movimentos populares na América Latina, tiverem sido, ao mesmo tempo, o contrário de tudo isso? E se estiverem nessa década as origens de novas batalhas, nas quais mudam os programas, as formas de ação e os próprios personagens – mas apenas para dar mais força e viço à luta pela emancipação social? E se o levante de índios e camponeses na Bolívia, o país mais pobre de um continente empobrecido, for um sinal de que as utopias estão vivas, como quer o Fórum Social Mundial de Porto Alegre?

“Na política, como na natureza, a vida nasce nas pocilgas”, gosta de lembrar Eduardo Galeano. Estão circulando, pela internet, as primeiras análises mais profundas sobre o vendaval boliviano e suas causas. Elas sugerem algo surpreendente. A Bolívia, um dos países cuja sociedade foi mais esgarçada pelo “ajuste estrutural” previsto no Consenso de Washington, foi também o primeiro a completar uma ampla renovação social e política da esquerda. As forças que este processo despertou fizeram a rebelião vitoriosa de La Paz e derrubaram o presidente ultra-liberal Sanchez de Losada.

A história começa em 1985, conta o jornalista boliviano Walter Chávez (2003), num breve ensaio escrito para o *Le Monde Diplomatique*. Num tempo em que Brasil, Argentina e Uruguai viviam a euforia do fim das ditaduras e o ascenso dos movimentos sociais, a Bolívia era arrastada para as águas turbulentas da privatização e do desmonte do Estado. Nesse ano, o presidente Victor Paz Zamora assina o decreto nº 21.060, cujo objetivo é desmantelar o setor estatal da economia, e abri-la aos produtos e capitais externos. A Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), principal empresa pública e guardiã das riquezas minerais, é desmantelada. Nos anos seguinte, mais de 20 mil mineiros perderão seus empregos. Simultaneamente, a entrada de alimentos importados e a autorização para o estabelecimento de grandes propriedades agrícolas capitalizadas no campo arruinam boa parte da agricultura familiar. A fértil planície de Santa Cruz de la Sierra é colonizada por estrangeiros. Até hoje está instalado ali, e é considerado o “rei da soja”, o empresário Olacyr de Moraes, que transferiu seus negócios ao país vizinho, depois de falir no Brasil.

*Jornalista, editor do Portal da Internet Planeta Porto Alegre (www.planetaportoalegre.org); participa da organização do movimento ATTAC (Associação para a Taxação das Transações Financeiras em apoio aos Cidadãos) no Brasil.

De uma resistência a outra

Às levadas de trabalhadores que perdem seu sustento restam duas opções. No campo, planta-se cada vez mais coca. Os que perderam suas terras, ou jamais as tiveram, amontoam-se em condições degradantes na periferia das grandes cidades. *El Alto*, o bairro de La Paz que se transformou em epicentro de levante deste mês, é o retrato vivo desse movimento. Seis em cada dez de seus 800 mil habitantes, vive com menos de um dólar por dia. São, em sua maioria, índios aimarás expulsos.

Concentrado na região de Cochabamba, o plantio de coca enraizou-se tanto que o próprio Paz Zamora evitou reprimi-lo. Via nele uma válvula de escape para a crise social. Gostava de dizer, àquela época, que “a coca não é a cocaína”. Ao final daquele período, passou a ser hostilizado por Washington. Um de seus ministros foi preso nos EUA e ficou quatro anos encarcerado. Ao próprio Zamora, foi negado visto de entrada no país.

A desorganização da atividade mineira e industrial solapou as bases do velho poder proletário. A legendária Confederação Operária Boliviana (COB), protagonista da revolução de 1952 e de levantes poderosos nas décadas seguintes, foi agora um personagem secundário. Outros atores tomaram seu lugar, conta a jornalista e escritora Cácia Cortez (2003) em entrevista ao excelente boletim *Expresso Zica*, editado pelo jornalista Gilberto Maringoni. Autora de *A travessia do Rio dos Pássaros*, sobre conflitos de terra na fronteira entre Bolívia e Brasil, (1985); foi também jornalista e educadora voluntária durante um ano em El Alto e La Paz. Teve a sorte de presenciar *in loco* uma rebelião indígena anterior e muito semelhante à atual: a de fevereiro de 2000, primeira batalha popular em defesa do direito à água neste século.

Dois faces da identidade indígena

Cácia explica que, embora tenha golpeado a organização operária, o ajuste neoliberal acabou despertando um outro sentimento até então reprimido: o da identidade indígena. Os bolivianos já não podem se reconhecer por sua classe social – mas se enxergam, coletivamente, como membros de uma nação espoliada que luta para se afirmar. A nova resistência dos movimentos da América Latina, acredita ela, “começa por se espelhar em si próprio. Quem mira seu espelho, reconhece a si mesmo. Depois, adquire visibilidade nas ruas, rompe o cerco da mídia, rompe a estética das ruas, cria novas formas de luta (...) multiplica em si muitas vozes”.

A nova identidade é menos homogênea. Cácia explica que há, por exemplo, diferenças importantes entre as duas forças principais que promoveram o levante deste mês: o Movimento al Socialismo (MAS), dirigido por Evo Morales Morales, e a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSTUCB), cuja liderança principal é Felipe Quispe.

Morales surgiu como grande expressão da luta dos cocaleiros. Em meados dos anos 90, o presidente Hugo Banzer firmou acordos com os EUA para reprimilos – e o compromisso foi mantido no segundo mandato de Sanchez de Losada. Municípios e treinadas com apoio da Agência de Combate às Drogas (DEA) norte-americana, forças policiais e militares bolivianas foram responsáveis por

mais de 250 execuções de camponeses, nos últimos 15 anos. Morales soube dar repercussão nacional a sua resistência. É hábil e articulado. Relaciona-se muito bem com os intelectuais e as classes médias urbanas, tem trânsito entre movimentos sociais do resto do mundo. Candidato à presidência de República em junho de 2002, alcançou 20,9% dos votos – apenas 1,1 ponto percentual a menos que Sanchez de Losada.

Quispe expressa mais profundamente a identidade aimará. Ex-guerrilheiro nos anos 70, passou cinco anos encarcerado num presídio de segurança máxima. Solto, dedicou-se ao trabalho político entre os índios do Atiplano Boliviano. Tornou-se conhecido como *El Malku*, o título dos príncipes aimarás. É a principal liderança de uma região onde há, hoje, diversas “zonas liberadas”, semelhantes aos “municípios” zapatistas. Nestes territórios não chegam nem a lei, nem a polícia. Os prefeitos são destituídos quando não obedecem à vontade da comunidade. A organização social é vertical, baseada na tradição do líder comunal, que tem ascendência mística sobre sua aldeia. Apoiado na coesão de sua etnia, Quispe, também candidatou-se à Presidência. Obteve 6% dos votos, mas Cácia crê que sua capacidade de mobilização direta do povo é superior à de Morales.. Uma greve de fome iniciada por ele em El Alto, em setembro último, foi o estopim da última rebelião.

Na prática, Fórum Social é aqui

A resistência boliviana não se limita aos indígenas. Fazem parte dele a histórica Confederação Operária (menos influente, mas sempre ativa), grupos de sem-terras, estudantes, professores, ONGs, setores da classe média urbana. Como todos os grandes movimentos transformadores, este novo arco-íris de forças busca inspiração e energia nas revoluções do passado. Cácia relata, por exemplo, que uma das marcas do novo cenário boliviano é “a recuperação de líderes como Tupac Katari, o primeiro a comandar um cerco a La Paz, com mais de 10 mil homens, já em 1781”. A revolução de 1952 é outro emblema, e se valoriza especialmente o que ela tem de mais profundamente nacional e indígena: “a reforma agrária que determinou a propriedade comunal da terra, o ensino das línguas dos povos originários, a educação baseada no multiculturalismo, com princípios construtivistas”.

Os bolivianos espelham-se nas batalhas históricas, mas promovem ao mesmo tempo uma renovação notável de reivindicações e programas. Ao revalorizarem sua identidade nacional, eles tomam consciência do saque a que foram submetidas suas riquezas – e as reivindicam *para todos*. Eduardo Galeano (2003) escreve, numa crônica para o jornal argentino *Página 12*: “O povo se levantou porque se nega a aceitar que ocorra com o gás o que antes ocorreu com a prata, o salitre, o estanho e tudo. A memória dói e ensina: os recursos naturais não renováveis vão sem dizer adeus, e jamais regressam”...

A nova afirmação da Bolívia só se completará se o saque terminar. Corporações transnacionais – norte-americanas e inglesas, em especial – cobiçam, além do gás, a água. Ao defendê-los, os novos sujeitos sociais vão assumir, na prática, alguns temas que o Fórum Social Mundial toca em teoria.: o *direito à água*; a noção de *bens comuns*; a luta contra as transnacionais; a proteção da

natureza, ameaçada pelos grandes gasodutos por onde escoaria a riqueza nacional.

Água, onde tudo começou

A *Guerra da Água*, em abril de 2000, foi o momento fundador desta nova etapa. Uma insurreição popular eclodiu quando o presidente Banzer quis entregar à corporação norte-americana Bechtel o controle dos sistemas de abastecimento. Ela durou várias semanas, apesar da repressão policial e militar, que provocou dezenas de mortes. Indígenas ocuparam as cidades em todo o país e, como se fossem novos Tupac Katari, rumaram para La Paz. As marchas receberam a adesão de estudantes, professores, mineiros, taxistas. As estradas encheram-se de barricadas. A ação só terminou com o recuo de Banzer.

Em 2002, os dois principais partidos indígenas elegem 41 deputados. Fiéis a um programa oposto ao do novo presidente, Sanchez de Losada, e respaldados pelo ascenso das lutas populares, eles conquistam uma vitória histórica: os idiomas indígenas (aimará, quíchua, guarani) são transformados em línguas oficiais, ao lado do espanhol. Em fevereiro deste ano, mais um levante. Cocaleiros, trabalhadores, professores, estudantes universitários e policiais rebelados protestam contra um pacote de corte de investimentos públicos (ordenado pelo Fundo Monetário Internacional) e novas medidas de repressão aos cultivos de coca (financiadas e apoiadas pelos EUA). A repressão policial mata 33 manifestantes. O movimento não se rende

Losada parte para o confronto. Tem apoio internacional. Em 6 de outubro, o FMI libera mais US\$ 15 milhões de dólares de um empréstimo de US\$ 5 bilhões. A diretora Anne Kruger pede contrapartidas: “passos corretivos”. Cortar gastos “menos prioritários”. Adotar um novo sistema de tributos, para continuar pagando a dívida. Baixar o “custo” das aposentadorias. Flexibilizar o mercado de trabalho. Entregar as gigantescas reservas de gás boliviano a um consórcio liderado pela corporação petroleira britânica BP, que o distribuirá na Califórnia. O valor é irrisório: ao Estado boliviano caberão apenas 18% do valor declarado na venda do gás. O FMI, porém instiga. A venda “é importante para alcançar o potencial de crescimento boliviano”...

O desafio das alternativas

Eclode novo levante – a *Guerra do Gás* – e a repressão é de novo sangrenta. Outras dezenas de bolivianos são mortos. O povo não recua. “Eles não têm mais nada a perder”, lembra Cácia Cortez. Em 17 de outubro, a sandice chega ao fim. Após intervenção diplomática do Brasil e da Argentina, Losada renuncia. Seu vice, Carlos Mesa, assume, sob promessa de convocar uma Assembléia Constituinte, realizar um plebiscito sobre a venda do gás e debater uma nova lei de hidrocarbonetos.

Até onde avançará o arco-íris da insurreição boliviana? Cácia não arrisca previsões. Lembra que falta uma alternativa clara e cita o exemplo do levante de 2000, no Equador, que também presenciou. Os indígenas chegaram a tomar o poder por dois dias, mas não o conservaram. “Ouvi de uma liderança que eles tinham tudo planejado para tomar a capital e derrubar o presidente. Mas depois, não sabiam o que fazer”, diz ela.

Seja como for, a América Latina respira melhor. Porque outro tirano se foi para Miami. E porque partiu, do país mais espoliado da região, um aceno ao futuro. *Sim*, uma nação indígena é capaz de lutar pelos bens comuns da humanidade – um dos conceitos mais avançados em debate no Fórum Social Mundial. *Não*, não estamos condenados ao continuísmo e à mediocridade.

Bibliografia:

CHÁVEZ, W. (2003). "Une nouvelle gauche à l'offensive". *Le monde diplomatique*. Maio.

CORTEZ, C. (1985). *A travessia do Rio dos Pássaros*. Belo Horizonte: Segrac.

_____. (2003). "Cácia Cortez em entrevista a Gilberto Maringoni". *Boletim Expresso Zica*.

GALEANO, E. (2003). "El país que quiere existir". *Página 12*. 19 de outubro.